

LEVANTAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES AGROALIMENTARES POR FILEIRA

1. Enquadramento

No âmbito do projeto SIAC nº 18642 designado de INOVENERGY – Eficiência Energética no Setor Agroindustrial, foi efetuado um levantamento das associações por cada fileira pertencente ao projeto, assim como do setor agroalimentar em geral.

As associações têm um papel de grande relevância na sociedade. Consistem na união de entidades que congregam objetivos comuns. Geralmente são sem fins lucrativos, estáveis no tempo e geridas de maneira democrática, isto é, todas as decisões que se tomam dentro da mesma são previamente consensuadas entre os integrantes.

No presente documento enunciam-se algumas associações do setor agroalimentar em geral, bem como associações que reportam em particular às fileiras envolvidas no projeto: Carne, Hortofrutícolas, Distribuição, Laticínios, Peixes e Vinhos.

2. Associações

2.1. SETOR AGROALIMENTAR

2.1.1 INOVCLUSTER



A **Associação do Cluster Agroindustrial do Centro** é uma associação privada sem fins lucrativos, situada nas instalações do CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar, na Zona Industrial de Castelo Branco, conta com 158 Associados, dos quais: 119 Empresas, 17 Associações/Cooperativas, 7 Instituições de Ensino Superior, 7 Municípios e 8 Instituições de I&DT. Ao nível de projetos, dispõe de 8 ME e encontra-se a desenvolver 1 Projeto de Governo e 6 Projetos-Âncora, inserindo-se em três Eixos Estratégicos de Atuação (EE).

- O EE 1: Governança em Rede e *Regional Branding*, abrange o projeto GovCluster - Animação, Coordenação e Gestão da parceria.
- O EE 2: Plataformas para a Inovação, Intermediação e Transferência Científica e Tecnológica, abrange os projetos InovWine - Inovação na fileira do Vinho e da Vinha, InovEnergy - Eficiência Energética no sector Agro-Industrial, EcoDeep - Eco-Eficiência e a Eco-Gestão no sector Agro-Industrial, InAgri - Rede de Oficinas de Inovação para o sector Agroindustrial, IDT - Novos Produtos Lácteos.
- O EE 3: Competências Organizacionais e Qualificação do Capital Humano, abrange o projeto AgriTraining - Formação Aplicada para o sector Agroindustrial.

A InovCluster conta com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco e é financiada pelo COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade, pelo QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e pela União Europeia - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.



As Áreas de intervenção da Inovcluster:



A visão desta associação prende-se com estabelecer uma plataforma de concertação entre os principais atores do setor agroindustrial nos processos de inovação, IDT, transferência de conhecimento, formação, desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos, marketing e internacionalização, contribuindo para a competitividade do país. Tem como missão contribuir para que a Região Centro se afirme ao nível nacional, ibérico e europeu como um território líder nas fileiras agroindustriais de excelência, suportado na singularidade e na qualidade dos seus agro-recursos, na preservação da biodiversidade e da diversidade paisagística dos seus espaços agrícolas e rurais, e na competitividade dos sistemas produtivos locais e regional.

2.1.2 AGROCLUSTER RIBATEJO



O **Agrocluster Ribatejo** é uma associação de empresas e entidades do sector agroindustrial, sem fins lucrativos e que tem sede no Pavilhão de Exposições da Nersant. Atualmente é constituída por 110 associados, entre os quais 30 são fundadores. O Cluster é constituído por empresas, entidades do SCTN, Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais e Entidades Públicas.

A entidade responsável pela gestão do Cluster é a AnimaForum – Associação Para o Desenvolvimento da Agroindústria.

A missão do Cluster Agroindustrial passa por promover a colaboração e cooperação entre empresas e entidades relacionadas com o sector agroindustrial, encorajando a reestruturação competitiva do sector e assegurando uma ampla participação nos circuitos comerciais, nacionais e internacionais, nomeadamente através da:

- Promoção de um rede cooperativa pró-ativa transnacional, incluindo os atores do sector Agroindustrial;
- Criação de laços de uma cooperação entre multi-atores de várias áreas de atividade chave que se associam às necessidades das empresas do sector Agroindustrial;
- Promoção da criação de projetos conjuntos e inovadores entre os atores envolvidos, nomeadamente projetos estruturantes de grande dimensão – Projetos Âncora;
- Criação de uma filosofia de partilha de recursos materiais e imateriais e infraestruturas entre as várias instituições para a difusão e endogeneização de conhecimento;

- Facilitação ao acesso à informação e disseminação cruzada para as empresas do sector;
- Prospeção e apresentação das preferências e necessidades dos consumidores;
- Identificação de novas competências que permitam trazer valor acrescentado para o sector;
- Identificação das necessidades de formação, assim como antecipação às tendências futuras da economia pós-moderna.

A associação para o desenvolvimento da agroindústria tem como objetivo estratégico promover a colaboração e a cooperação entre as empresas e entidades relacionadas com o sector agroindustrial, encorajando a reestruturação competitiva do sector e assegurando uma ampla participação nos circuitos comerciais, nacionais e internacionais.

As linhas estratégicas do plano de ação são as seguintes:

- Atingir elevados níveis de reconhecimento das marcas e dos produtos a nível nacional e internacional;
- Produzir bens alimentares de elevada qualidade, nutritivos, saudáveis e com uma gama de sabores alinhada com as preferências e necessidades do mercado;
- Garantir uma produção decorrente de processos sustentáveis, tecnologicamente eficientes e a partir de matérias-primas sustentáveis;
- Garantir uma maior cooperação dos diversos atores presentes no sector nomeadamente:
 - Entidades de I&D e Universidades/ Indústria;
 - Ligações interempresariais verticais (cliente-fornecedor) e horizontais (empresas complementares);
 - Consumidores/ Produtores;
- Valorizar os recursos nacionais/regionais existentes, nomeadamente matérias-primas agropecuárias, e as acessibilidades de forma a reforçar a estratégia delineada;

- Promover a partilha de recursos materiais através da criação de infraestruturas úteis a todos os intervenientes;
- Continuar a forte aposta na I&D do sector, captando novas oportunidades associadas à modernização dos equipamentos, matérias-primas, e tendências do consumidor;
- Possibilitar o desenvolvimento integrado de outros sectores estratégicos, como o da produção agropecuária ou a logística;
- Ligar a natureza diferenciada dos produtos com a especificidade do território.

A estratégia do Cluster em termos operacionais foi focalizada nos seguintes planos:

- Introdução de novas tecnologias no processo produtivo para a conservação de alimentos, no quadro da manutenção das suas características organoléticas naturais;
- Estabelecimento da relação entre o território e a especificidade das matérias-primas e produtos acabados, valorizando a diferença da sua especificidade;
- Valorização e integração dos resíduos e subprodutos da fileira com resíduos e subprodutos de outras atividades produtivas;
- Aumento da qualificação das empresas do sector na sequência das sinergias resultantes da sua integração em rede, potenciando o reforço da sua competitividade;
- Fomento do empreendedorismo, proporcionando a renovação e qualificação da base empresarial do sector.

2.1.3 PORTUGALFOODS





A **PortugalFoods** é uma associação formada por empresas, por entidades do sistema científico e tecnológico nacional e por entidades regionais e nacionais que representam os vários subsectores que compõem o setor agroalimentar português.

A PortugalFoods é um "espaço" onde estas entidades estabelecem relações win-win, tendo como objetivo final a produção e partilha de conhecimento como suporte à inovação e à competitividade.

A marca PortugalFoods é a marca "*umbrella*" do Setor Agroalimentar Português promovida pelo Pólo de Competitividade e Tecnologia Agroalimentar. Esta imagem deve ser única e de excelência, promovendo Portugal, os seus produtos, as suas marcas e as suas empresas com modernidade e adequação, nos mercados internacionais.

A PortugalFoods é reconhecida por toda a fileira, Ministério da Economia e Ministério da Agricultura e Pescas Português como sendo o principal interlocutor e dinamizador do Agroalimentar português.

Tem como missão reforçar a competitividade das empresas do setor agroalimentar através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação, bem como promover a internacionalização das empresas do setor através da sua capacitação para a internacionalização e na identificação e captação de oportunidades.

PortugalFoods apresenta um plano de ação anual assente em duas grandes vertentes complementares: a inovação e a internacionalização.

Objetivos estratégicos:

- Impulsionar a aplicação prática do "conhecimento" através da promoção da transferência ativa desse conhecimento, identificando as



competências chave nas instituições do sistema científico nacional e internacional, e captando-o, trabalhando-o e adaptando-o à linguagem e às necessidades das empresas;

- Funcionar como um Observatório Nacional e Internacional, produzindo relatórios à medida das necessidades do Associado em específico e da Fileira em geral e, assim, estimular a inovação;
- Instituir uma verdadeira mentalidade de Fileira, através da promoção do diálogo e cooperação entre os diversos atores públicos e privados, reforçando as sinergias para a competitividade estratégica e criando vantagens competitivas que assegurem a sustentabilidade das empresas e potenciação do negócio;
- Promover a internacionalização das empresas do setor agroalimentar através de um suporte ativo, seja na sua capacitação para a internacionalização, seja pela identificação e captação de oportunidades através do *Business Intelligence* um ambiente favorável à criação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, assim como o emprego científico e altamente qualificado;
- Reforçar e desenvolver um ambiente favorável à criação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, assim como o emprego científico e altamente qualificado.

2.1.4 ANCIPA



A Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares foi constituída a 20 de setembro de 1975, na

sequência da extinção forçada do antigo Grémio Nacional dos Industriais de Confeitaria, fundado em 1939.



Com o 25 de abril de 1974 e a consequente abolição dos grémios, os industriais de confeitaria, aliados a outros setores da indústria de comércio agroalimentares originaram uma associação empresarial, a ANCIPA.

Os seus mais recentes estatutos foram aprovados no BTE n.º 1, de 8 de janeiro de 2011.

Atualmente, a Associação congrega mais de meio milhar de empresas que produzem e comercializam uma gama alargada de géneros alimentícios e ingredientes destinados à alimentação humana, distribuídos por onze Assembleias Setoriais.

A ANCIPA tem como missão defender o sector alimentar, com vista a garantir a dinamização dos agentes económicos, nomeadamente através da formação profissional e da divulgação de conhecimentos técnicos, que permitam a valorização dos recursos humanos e a promoção das potencialidades empresariais.

A ANCIPA como instituição de utilidade pública sem fins lucrativos assente numa rede global de parcerias, pretende ser uma referência na prestação de serviços de formação e consultoria, reconhecida pelos seus pares e pelas empresas associadas como uma entidade de prestígio, que contribui para a melhoria contínua do sector alimentar.

Política de Qualidade

A APCER – Associação Portuguesa de Certificação certificou, em Abril de 2010, que o Sistema de Gestão da Política de Qualidade da ANCIPA implementado nos serviços prestados aos Associados: promoção, comunicação, consultoria e formação; cumpre os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2008.

Na prossecução desta missão, a ANCIPA baseia a sua política da qualidade nos seguintes princípios gerais:

- Foco no Associado - Desenvolvemos as atividades de modo a superar as expectativas das empresas associadas, criando um relacionamento sólido através da prestação de serviços com elevado nível de qualidade.
- Qualificação dos Colaboradores - Qualificamos e formamos continuamente os nossos colaboradores, procurando ter sempre uma equipa motivada e com uma noção clara dos seus objetivos, contribuindo de forma ativa para alcançar os objetivos globais da ANCIPA.
- Trabalho em Parceria - A cada projeto procuramos associar os melhores parceiros de negócio, nacionais e internacionais, que permitam estabelecer relações benéficas para todas as partes. Desenvolvemos persistentemente um esforço de melhoria, sensibilizando os nossos parceiros para a importância da inovação na satisfação atual e futura dos requisitos das empresas que partilhamos.
- Impacto na Sociedade - Como Instituição de Utilidade Pública procuramos uma correta gestão de recursos e uma contribuição ativa para a comunidade que nos rodeia, pretendendo dinamizar a competitividade e garantir o desenvolvimento sustentável dos associados, colaboradores, fornecedores e parceiros.

2.1.5 FIPA



forma exemplar, a responsabilidade da promoção, da inovação e da competitividade do setor e participado ativamente nos centros de decisão nacionais e comunitários."

A Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares é hoje reconhecida como a voz institucional do setor agroalimentar, o maior setor industrial nacional. Tem assumido, de



A FIPA foi constituída em 1987 com a missão de representar e defender os interesses da Indústria Portuguesa Agroalimentar a nível nacional e comunitário. Conta hoje, no Universo de associadas, com quinze associações setoriais, treze das maiores empresas, que integram o conselho consultivo, e sete parceiros como sócios aderentes.

Num primeiro ciclo de funcionamento, assumiu um papel de relevo na intervenção ao nível das negociações do enquadramento legal do setor, numa fase em que o mesmo começou a afastar-se do carácter vertical, onde eram estabelecidos requisitos por produto, e passou a ser caracterizado por uma abrangência mais horizontal, criando regras aplicáveis a toda a Indústria alimentar.

Face aos crescentes desafios que foram sendo colocados, entrou num segundo ciclo onde, às motivações anteriores, se juntaram os grandes desafios da segurança alimentar e a necessidade de valorização das especificidades do mercado nacional e dos seus vetores de competitividade diferenciados.

Consolidadas as vertentes da produtividade, qualidade e segurança, continua a acompanhar as crescentes exigências dos consumidores e os mais recentes debates da sociedade, e está atualmente a explorar um terceiro ciclo de ação focalizado no importante papel da alimentação na promoção da saúde e do bem-estar das populações.

Ao longo dos últimos anos a FIPA tendo vindo a promover, junto com as suas associadas, uma reflexão sobre os novos caminhos a seguir pelo movimento associativo nacional.

A necessidade de otimização de recursos tem sido uma das preocupações fundamentais.

Por outro lado, a adoção de um modelo que contemple a integração de núcleos técnicos setoriais no seio da Federação tem vindo a ganhar adeptos. Alguns setores já deram os primeiros passos.



A FIPA propõe-se atuar como facilitadora e dinamizadora de ações de reorganização das estruturas associativas, incentivando um modelo que por um lado salvaguarde a independência institucional das associações setoriais, mas que possa simultaneamente permitir o funcionamento integrado das componentes transversais e otimizar a utilização de recursos humanos e materiais.

Enquanto porta-voz do setor, a FIPA tem sabido assumir a liderança dos processos de decisão estratégicos, tendo como principal objetivo contribuir para a existência de um mercado competitivo, favorável à inovação e ao desenvolvimento e, conseqüentemente, gerador de riqueza para o país.

Identificam-se três grandes pilares estratégicos, transversais ao plano de ações:

- Reforço da confiança dos consumidores e dos parceiros, baseada no diálogo, numa ciência idónea e numa aproximação equilibrada aos assuntos relacionados com a alimentação, estilos de vida e saúde;
- Reforço da competitividade industrial, suportada por um bom funcionamento dos mercados, indo ao encontro dos desafios da globalização e consolidando as condições para uma melhor e maior internacionalização;
- Aumento da pró-atividade no sentido do desenvolvimento sustentável, através de uma gestão equilibrada, suportando a criação de valor e reforçando as práticas de responsabilidade social.

A FIPA tem como mais-valia a competência técnica e a compreensão dos assuntos relacionados com a indústria, bem como uma atenção nas áreas políticas que têm impacte significativo na indústria, o que nos assegura que estamos bem posicionados para dar resposta aos nossos associados.

2.2. FILEIRA DO LEITE E LATICÍNIOS



2.2.1 FENALAC



A **Federação Nacional de Cooperativas de Produtores de Leite**, enquanto representante do cooperativismo leiteiro nacional, observa com grande preocupação a evolução final das negociações da PAC 2014-2020. Do ponto de vista da FENALAC, o desenvolvimento futuro do setor leiteiro no nosso país depende de um conjunto de decisões finais ao nível dos seguintes aspetos:

- Limite ao incremento das áreas que conferem direitos a pagamento base, de forma a permitir que os pagamentos continuem eficazes na salvaguarda do rendimento dos agricultores.
- Convergência interna do pagamento base das ajudas diretas: entendemos como decisivo o estabelecimento de um travão às perdas das ajudas unitárias, em sectores como o leite, na medida em que, dada a reduzidíssima dimensão da propriedade, tal é essencial para a sua sobrevivência, e de toda a fileira e jusante. Se tal não for alcançado nesta negociação específica, alertámos para a necessidade absoluta de garantir a possibilidade de adotar a regionalização com critérios agronómicos ou económicos das ajudas diretas da PAC.
- Relativamente ao Greening, a isenção da retirada da área de interesse ecológico para explorações com dimensão mínima de pelo menos, 15 hectares, sendo que 20 hectares seria o valor ideal para salvaguardar sistemas de produção cuja viabilidade depende do aumento da autonomia da produção de forragens na própria exploração. É, também, absolutamente fundamental que as culturas em sucessão sejam contabilizadas como 2 culturas para efeitos de cumprimento da disposição.
- Ligamento das ajudas: criação das condições necessárias à manutenção de um nível de ajudas próximo do atual (pelo menos 20%), ainda que as prioridades sectoriais devam ser ajustadas posteriormente em função do rumo da reforma genérica da PAC agora em discussão.

2.2.2 APROLEP



A **Associação dos Produtores de Leite de Portugal**, foi formalmente constituída a 4 de Março de 2010, na Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. É uma associação de âmbito nacional, com sede administrativa em Alcobaça, que reúne produtores de leite de todo o país.

A nível local, encontra-se agrupada em cinco núcleos regionais, diretamente representados na direção da associação: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Entre Douro e Mondego, Entre Mondego e Tejo e Sul do Tejo. No futuro, espera envolver também as regiões autónomas.

A Associação de Produtores de Leite, é de âmbito nacional, independente da política, da indústria, das cooperativas e de qualquer outra organização agrícola.

Tem como principais objetivos:

- Um preço justo para o leite português;
- Lutar de forma permanente e organizada para valorizar a atividade e a produção;
- Defender os produtores de leite de todo o território nacional, independentemente da sua localização, dimensão económica e entidade compradora, junto de entidades nacionais e comunitárias;



- Ouvir os produtores e levantar a voz na sua defesa, de forma permanente e inovadora;
- Comunicar com a sociedade e pressionar o poder político;
- Trabalhar em rede, trocar experiências e partilhar informação para reduzir custos de produção;
- Ser uma voz autónoma dos produtores de leite.

2.2.3 ANIL



A **Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios** tem por fim a representação legal, defesa, gestão, promoção e estudo dos interesses socioeconómicos do sector

transformador do leite e lacticínios em Portugal.

A ANIL resulta da evolução do então denominado Grémio Nacional dos Industriais de Lacticínios, constituído em 1957, na sequência da aprovação do Alvará de 30 de Novembro de 1956, do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, entidade então integrada no Ministério das Corporações e Previdência Social.

Por via das transformações políticas ocorridas em Portugal nos quentes anos de 1974 e 1975 e por força das alterações legislativas então introduzidas, o Grémio adotou a designação de Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios e a configuração que ainda hoje, em traços gerais, mantém.

A Associação congrega no seu seio empresas que produzem todos os tipos de produtos lácteos, empresas extremamente heterogéneas no que se refere à respetiva dimensão, à forma societária que adotam, ao tipo de produtos que laboram, ao número de referências que fabricam ou aos canais de distribuição que utilizam para a comercialização dos seus produtos.

Os objetivos da ANIL centram-se na defesa dos interesses e representação do sector, no acompanhamento das matérias legislativas, normativas, ambientais, económicas e técnicas que contribuam para o desenvolvimento da indústria láctea em Portugal. Cabe-lhe, ainda, zelar pela manutenção de um clima de sã concorrência e de bom relacionamento no interior do sector, desenvolvendo código de ética e adotando ações que visem uma conduta leal no mercado.

A ANIL tem vindo, paulatinamente, a converter-se num prestador de serviços qualificado e especializado em diferentes áreas – técnicas, regulamentares, ambientais, económicas, fiscais, laborais – desenvolvendo um relacionamento com as empresas associadas e outros interlocutores, que aqui encontram um parceiro e uma mais-valia na abordagem das questões com que se debatem.

A ANIL no seio da hierarquia associativa encontra-se filiada na Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA), enquanto a nível sectorial integra o Comité Nacional do Leite e a Associação para o Laboratório Interprofissional do sector do Leite e Lacticínios (ALIP). É ainda acionista fundadora da Embopar, a sociedade gestora de participações sociais que agrega os interesses dos sectores embaladores no seio da Sociedade Ponto Verde. No campo internacional, está diretamente filiada na European Dairy Association (EDA), enquanto por via indireta segue os trabalhos da International Dairy Federation (FIL/IDF) e da Confédération des Industries Agro-Alimentaires de l'EU (CIAA).

Principais atribuições

- Representar e defender o sector transformador lácteo português a nível nacional e internacional, junto das administrações, de outras entidades públicas e privadas e da opinião pública.
- Influenciar, pelos interesses do sector transformador lácteo, as matérias legislativas, técnicas e económicas que direta e indiretamente o afetam, bem como pugnar pelo desenvolvimento técnico desta atividade.
- Difundir informação legal e técnica, mantendo para tanto contactos e intercâmbios de informações com entidades nacionais e estrangeiras.



- Estudar e divulgar matérias de interesse económico-social ou técnico com vista à dinamização e desenvolvimento da atividade dos seus associados e prestar apoio direto e termos de consultadoria, nomeadamente nos domínios jurídico, económico, fiscal, financeiro, laboral e associativo.
- Velar pela manutenção de um clima de sã concorrência, desenvolvendo códigos de ética e promovendo as condições para a prática de um leal posicionamento no mercado.
- Outorgar protocolos de cooperação, onde sejam acordadas condições que perspetivem benefícios para os associados e/ou o desenvolvimento de potencialidades a aproveitar numa conjugação de esforços.

Negociar e subscrever convenções coletivas de trabalho que abranjam em todo o território nacional as empresas associadas e os seus colaboradores.

- Participar ativamente em outras associações ou organizações empresariais nacionais, da União Europeia ou internacionais, com plena capacidade de atuação na defesa dos interesses do sector transformador lácteo português.
- Gerir os seus próprios recursos, patrimoniais ou orçamentais, visando a sua aplicação aos fins e atividades da Associação.

Promover a defesa legal dos interesses do sector transformador do leite e lacticínios português.

- Quaisquer outros fins que possam ser considerados do interesse da Associação ou das empresas suas associadas.

2.2.4 ALIP





A 19 de Julho de 2002 foi formalmente constituída, através de escritura pública, a **Associação para o Laboratório Interprofissional do Sector do Leite e Lactícínios (ALIP)**.

Mas pode-se dizer que o processo de criação da ALIP já remonta a 1999, quando foi concluído um estudo promovido pela FENALAC e pela ANIL, realizado pelo professor Medina, relativo à implementação de um laboratório interprofissional em Portugal.

Em 2006 iniciou, efetivamente, a atividade do Laboratório Interprofissional, e em 2008 foi reconhecida como OI (organização interprofissional), passando a estar, também, ao dispor dos clientes, para além das análises ao Leite, análises a Produtos Lácteos. A acreditação é concedida em 3 de Junho de 2011.

A ALIP tem como visão, ser reconhecida a nível Nacional e Internacional, como um laboratório de referência para o desenvolvimento de toda a fileira do leite.

A sua missão passa por garantir a cobertura de todos os aspetos relativos à análise dos parâmetros definidos para a classificação do leite, em Portugal Continental, contribuindo para a melhoria da qualidade do setor leiteiro, desde a produção até à indústria.

No âmbito da sua atividade, a ALIP compromete-se a:

- Implementar e respeitar os requisitos definidos pela norma ISO/IEC 17025 e legislação em vigor;
- Melhorar continuamente o Sistema de Gestão da Qualidade;
- Sensibilizar os colaboradores para a importância do sistema de gestão de qualidade, para o desempenho das suas funções e responsabilidades;
- Recolher amostras adequadamente, respondendo às necessidades dos clientes;
- Fornecer material atempadamente e nas melhores condições para a colheita das amostras;

- Garantir o desenvolvimento técnico e a implementação das melhores práticas e técnicas científicas;
- Garantir rigor, fiabilidade e credibilidade na produção de resultados conforme a legislação e normas quando aplicáveis, cumprindo todos os critérios de exatidão e precisão;
- Garantir a rapidez da informação de resultados, adequada à satisfação dos clientes;
- Assegurar a confidencialidade dos resultados aos seus clientes.

2.3. FILEIRA DO PEIXE

2.3.1 ACOPE



A **Associação dos Comerciantes de Pescado** foi constituída em Janeiro de 1976, na sequência das alterações

legislativas que transformaram os organismos corporativos, representativos das atividades económicas, em Associações Patronais. A sua constituição surge na origem do Grémio do Armazenistas Distribuidores e Exportadores de Peixe, cujo alvará havia sido concedido em 1973, depois de vários anos de confronto com as entidades que, então, dominavam todo o sector das pescas, da produção à comercialização, e que se opunham, de forma determinada, à constituição do Organismo.

A ACOPE reúne, a nível nacional, os comerciantes de pescado, fresco e/ou congelado, com destaque para os comerciantes por grosso, mas também os retalhistas.

A par da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), da Docapesca e da Associação da Indústria Alimentar pelo Frio (ALIF), a ACOPE integra a comissão permanente encarregue de apreciar os pedidos de inclusão de novas denominações comerciais de Espécies.

A Associação participa ainda na Comissão Técnica de Normalização do sector do Pescado (CT 25), na qual procede à revisão de Normas Portuguesas e criação de documentos normativos fundamentais para os produtos da pesca e da aquicultura. Esta Comissão Técnica é supervisionada pelo IPQ e conta com a colaboração de diversos Organismos do sector, bem como algumas empresas.

No sentido de promover e reforçar a competitividade empresarial do sector do pescado a nível nacional e internacional, a Associação tem vindo a marcar presença nos mais prestigiados eventos, tais como a European Seafood Exhibition, em Bruxelas, e a Alimentaria Lisboa.

A nível internacional destaca-se ainda a participação no projeto Crustasea.

A ACOPE tem como Missão:

- Definir as linhas gerais de atuação, defesa e harmonização dos interesses dos empresários, bem como zelar pelo exercício comum dos respetivos direitos e obrigações;
- Representar junto do Estado e de outras Entidades Públicas ou Privadas os interesses dos Associados;
- Proporcionar às empresas associadas serviços de apoio e incentivo ao respetivo desenvolvimento, privilegiando o contacto a nível de oportunidades de negócio;
- Negociar e outorgar, nos termos da Lei, o respetivo Contrato Coletivo de Trabalho.

2.3.2 AIB



Associação dos Industriais do Bacalhau é uma organização de âmbito nacional, constituída em 17 de Novembro de 1993 por sete empresas industriais de bacalhau, sob a forma jurídica de associação sem fins lucrativos.

Com o objetivo de promover e desenvolver a atividade industrial do bacalhau, procedeu em 1998 à revisão dos seus estatutos, constituindo-se em associação empresarial e patronal, acrescentando ao seu propósito inicial a defesa e promoção dos interesses empresariais do sector.

Desde a sua formação, procura contribuir com eficácia para o desenvolvimento do sector em geral, e das empresas associadas em particular, prestando informação concreta e atualizada sobre as diversas matérias inerentes à atividade, como sejam, as de carácter económico, financeiro, social, ambiental, fiscal e aduaneiro.

A AIB pauta a sua atividade por uma política de estreita colaboração com Entidades e Instituições, nacionais e internacionais, privilegiando as importantes relações que mantém com os Organismos Oficiais que norteiam o sector.

A promoção da investigação tecnológica para o desenvolvimento de projetos inovadores que contribuam para a modernização e otimização da indústria que representa é uma das atribuições estatutárias que mais valoriza.

A AIB tem por missão promover o desenvolvimento da atividade industrial do bacalhau, representando, intervindo e defendendo de forma condigna e efetiva os interesses empresariais do sector, no estrito cumprimento dos objetivos estatutários.

Neste sentido, pretende que este espaço contribua para uma ampla divulgação da indústria de salga e secagem do bacalhau em Portugal, nas suas componentes de transformação e de comercialização.

A Associação dos Industriais do Bacalhau está convicta que, só de forma coesa e com o empenho de todos os parceiros sociais intervenientes, é possível alcançar elevados padrões de qualidade que garantam a plena satisfação do consumidor, condição decisiva para assegurar o futuro do 'fiel-amigo', tão enraizado na cultura e gastronomia portuguesas.

2.3.3 FILEIRA DO PESCADO



A **Fileira do Pescado** é um agrupamento, sem fins lucrativos, que reúne as organizações mais representativas do setor das pescas, transformação e comercialização de pescado. As Instituições fundadoras são as seguintes:

- ACOPE – Associação dos Comerciantes de Pescado;
- ADAPI – Associação dos Armadores das Pescas Industriais;
- AIB – Associação dos Industriais do Bacalhau;
- ALIF – Associação da Indústria Alimentar pelo Frio;
- ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe;
- DOCAPESCA – Portos e Lotas.

Os principais objetivos são:

- Reforçar o papel do setor das pescas, transformação e comercialização de pescado como um dos motores de desenvolvimento da economia;

- Promover e valorizar a qualidade e a sustentabilidade do pescado consumido em Portugal com o objetivo de aumentar o índice de confiança dos consumidores;
- Apresentar-se como um interlocutor privilegiado perante as diversas instituições e os consumidores;
- Reforçar os benefícios do pescado como uma opção saudável para uma alimentação equilibrada.

A FILEIRA DO PESCADO em Portugal tem muito claro o compromisso de construção de um futuro ambientalmente sustentável para os mares e oceanos, mantendo e desenvolvendo as comunidades de pesca costeira e proporcionando uma atividade economicamente viável ao tecido empresarial em que se desenvolvem as nossas pescas.

2.4. FILEIRA DA DISTRIBUIÇÃO

2.4.1 ALIF



A **Associação da Indústria Alimentar pelo Frio** foi fundada em 1975, sendo a única Associação

empresarial, sem fins lucrativos, que representa em Portugal a indústria de congelação de pescado, bem como a indústria de hortícolas e alimentos pré-cozinhados congelados, e ainda os entrepostos frigoríficos.

A Associação intervém em defesa dos interesses dos seus Associados junto do Governo, Direcções-Gerais e diversos Departamentos, visando a melhoria da competitividade da indústria, a livre concorrência e o correto funcionamento do mercado

A ALIF é ainda consultada pela Administração Pública sobre a transposição das normas comunitárias com incidência nas atividades representadas e sua regulamentação.

A ALIF tem como Missão:

- Definir as linhas gerais de atuação, defesa e harmonização dos interesses dos empresários, bem como zelar pelo exercício comum dos respetivos direitos e obrigações;
- Representar junto do Estado e de outras Entidades Públicas ou Privadas os interesses dos Associados;
- Proporcionar às empresas associadas serviços de apoio e incentivo ao respetivo desenvolvimento, privilegiando o contacto a nível de oportunidades de negócio;
- Negociar e outorgar, nos termos da Lei, o respetivo Contrato Coletivo de Trabalho.

A ALIF é uma associação patronal representativa dos industriais, pessoas privadas, singulares ou coletivas, que exerçam qualquer das seguintes atividades:

- Transformação e congelação de pescado;
- Transformação e congelação de hortícolas;
- Congelação de alimentos pré-cozinhados;
- Entrepostos frigoríficos;
- Fabrico de gelo.

2.4.2 APED





A **Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição**, que em finais de 2006 celebrou 25 anos de existência, resultou da transformação ocorrida em 1994 da ANS - Associação Nacional de Supermercados, que havia sido fundada em 1981.

É uma associação patronal, de âmbito nacional, que engloba as empresas que desenvolvem uma atividade retalhista alimentar e/ou não alimentar, de venda de produtos de grande consumo, em regime predominantemente de livre serviço.

Em Portugal, a APED é, atualmente, a única entidade associativa representativa do Comércio Moderno.

Os princípios que norteiam a atividade da APED são:

- Defesa da livre concorrência e a liberdade de acesso ao mercado de todos os agentes económicos;
- Apresentação de soluções legais para os problemas que interessam ao comércio e à venda de produtos de grande consumo em sistema de livre serviço;
- Representação dos interesses dos seus associados junto das entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;

A APED e os seus associados desempenham um papel determinante na economia do país:

- Modernização do tecido empresarial, com novas práticas na gestão, logística e inovação;
- Fomento da produção Nacional;
- Grande empregador no país;
- Grande contribuinte fiscal;
- Defesa na liberalização de mercados como combustíveis e medicamentos;
- Escolha e conveniência para o consumidor.



2.5. FILEIRA DOS VINHOS

2.5.1 AEVP



Associação das Empresas de Vinho do Porto é uma instituição privada sem fins lucrativos constituída em Janeiro de 1975,

com sede em Vila Nova de Gaia.

A principal finalidade da AEVP, consignada estatutariamente, consiste na “representação e proteção do interesse dos seus Associados e na promoção e defesa da Indústria e Comércio dos Vinhos do Porto e Douro e outros produtos víquicos da Região Demarcada do Douro em todo o espaço nacional e estrangeiro”.

O objetivo prioritário das várias direções da AEVP é fortalecer a capacidade de intervenção da Associação, a fim de que esta pudesse funcionar como prolongamento cada vez mais eficaz da capacidade individual de cada Associado no negócio da elaboração e comercialização do Vinho do Porto.

A AEVP reúne 16 Associados que neste momento representam cerca de 90% da comercialização de Vinho do Porto e 35% dos Vinhos do Douro com DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida), uma percentagem rara que evidencia o seu posicionamento inquestionado no setor e uma importância incontornável no funcionamento deste.

AEVP detém a vice-presidência do Conselho Interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), onde participa a diversos níveis, e é a única representante do Comércio na secção Vinho do Porto desse Conselho.

A AEVP está presente desde 1990 numa associação de representação do comércio de vinhos Europeu denominada Comité Européen des Entreprises Vins (CEEV), em Bruxelas.

A AEVP tem sido ao longo de todos estes anos o principal instrumento de representação e coordenação geral das atividades dos Associados, procurando simultaneamente funcionar como o fórum de discussão interna e aproximação de posições.

2.5.2 APA



A **Associação de Produtores de Alvarinho** foi criada no ano de 1985, como resposta à necessidade da

existência de uma plataforma que prestasse auxílio na canalização dos fundos europeus para a atividade vitícola. Nas décadas seguintes a APA sentiu a necessidade de integrar os produtores-engarrafadores na sua organização promovendo uma estratégia convergente entre os dois atores da fileira do vinho Alvarinho. Deste modo, a aposta na valorização de uma estratégia conjunta de atuação, potenciando a criação de valor para todos, tornou-se numa das áreas de intervenção da APA.

Os monovariais de Alvarinho são, nos dias de hoje, a imagem de marca da Sub-região de Monção e Melgaço, consequência natural da relação umbilical que se desenvolveu ao longo dos tempos com a casta Alvarinho. Esta profunda dedicação resultou numa ocupação de 80% da superfície vitícola da região com esta casta, sendo esta área gerida por 70% dos viticultores em atividade. Contudo, não são só os viticultores que elegeram a Alvarinho como a sua principal fonte de receita. Também as empresas que transformam e comercializam vinho, têm como o seu *core business* a produção de

monovarietais de alvarinho, tendo no seu portfólio de marcas, vinhos tranquilo, vinhos espumante e aguardentes.

No ano de 2009, após fusão com a União de Produtores de Alvarinho (UPA), a associação passou denominar-se Associação de Produtores de Alvarinho de Monção e Melgaço (APA Monção e Melgaço) e tornou-se na única estrutura representativa dos viticultores e empresas da sua área de intervenção, contando com cerca de 1700 viticultores da casta Alvarinho e 35 empresas produtores de monovarietais de Alvarinho.

É missão da APA a representação e defesa dos interesses de todos associados, promovendo a concertação de esforços no desenvolvimento e valorização de estratégias conjuntas de atuação, potenciando a criação de valor para todos.

Principais Valores:

- A Disponibilidade - Para as causas da organização. A disponibilidade é total para a prossecução dos objetivos da organização, bem como para a satisfação dos associados da APA Monção e Melgaço.
- A Competência e o Rigor - Nas ações do dia-a-dia. Não é só fazer, mas fazer com qualidade e com eficiência.
- A Equidade - Na relação com os associados. Todas os associados são iguais perante a APA Monção e Melgaço.
- A Ética - No dia-a-dia. Cumprir os mais altos padrões de ética em todas as nossas ações.
- A Inovação - No Alvarinho, inovação, a par da I & D, é um dos fatores mais importantes de progresso, de modernização e de competitividade.
- A Responsabilidade Social - Que se traduz pelo exercício responsável da cidadania empresarial, quer no respeito das políticas ambientais, quer no apoio às iniciativas da sociedade. A promoção da moderação e da responsabilidade no consumo de bebidas alcoólicas é assumida pela APA Monção e Melgaço como um dos seus objetivos corporativos.

2.5.3 VITIFRADES



A **VITIFRADES** surgiu em 1998 na Freguesia de Vila de Frades, Concelho de Vidigueira com a intenção de promover, dignificar e valorizar um produto secularmente enraizado nas suas

gentes: "O Vinho de Talha".

O ícone mais expressivo ao longo de mais de uma dezena de anos foi sempre a realização (em Dezembro) das **"Festas Báticas"** - uma verdadeira Festa do Vinho onde produtores de vinho de talha e não só, de produtos regionais como o pão, os enchidos e o azeite entre outros compõem um certame onde também não faltam as tasquinhas, os colóquios, os concursos, as provas desportivas, a animação musical, etc.

Foi no entanto desde 2009, com a tomada de posse da atual Direção, que a VITIFRADES deu importantes passos no sentido do seu funcionamento como Associação de Desenvolvimento Local.

O pioneirismo desta Associação, associado ao seu grande conhecimento da realidade do tecido económico e social da envolvente onde atua levou a que, em 2009, lançasse no mercado o Primeiro Vinho de Talha comercializado em Talhinhas de Barro de 0,75 l, que em boa hora serviu de estímulo para produtores do Alentejo que hoje vendem vinho desta forma.

Foi também esse espírito de inovação permanente, com a intenção de "dar o exemplo" aos agentes económicos e de promover a viabilização da ADL que nos levou em 15 de Maio de 2011 a disponibilizar pela primeira vez a nível nacional um vinho numa garrafa em forma de "amphora" romana, ao qual demos o nome de AMPHORA e que foi até agora único "Vinho de Talha DOC Alentejo" certificado pela CVRA.

2.5.4 CVRBI



A Comissão Vitivinícola da Regional da Beira Interior é uma associação de direito privado, de carácter interprofissional, constituída por representantes dos interesses profissionais da produção e do comércio dos produtos vitivinícolas. Tem como seu objeto a certificação dos produtos vitivinícolas com direito a Denominação de Origem (DO) Beira Interior e a Indicação Geográfica (IG) Terras da Beira, promover, defender e controlar as DO e a IG existentes naquelas áreas.

Para a prossecução do seu objeto compete à CVRBI, nomeadamente:

- Efetuar o controlo e a certificação dos produtos com direito a DO ou IG, emitindo ou autenticando a respetiva documentação;
- Proceder à divulgação e promoção dos produtos certificados;
- Efetuar a classificação das parcelas de vinha, propostas pelos viticultores como aptas à produção dos produtos com direito a DO ou IG;
- Assegurar um controlo eficaz das existências de produtos vitivinícolas de cada um dos operadores da sua área de atuação, nomeadamente em sistemas de contas correntes, devendo, para o efeito, rececionar e utilizar as declarações de existências, de colheita e de produção, os documentos de acompanhamento e os registos vitivinícolas;
- Colaborar com os organismos oficiais competentes no âmbito do sector vitivinícola, exercendo as competências próprias e as que lhe venham a ser delegadas;
- Relativamente aos operadores associados ou inscritos na CVRBI, exercer o controlo da produção, circulação e comércio das uvas e dos produtos do sector vitivinícola que se encontrem ou se destinem à área geográfica da sua atuação, podendo, para o efeito, realizar vistorias e colher amostras nas instalações de vinificação, preparação, destilação,

armazenagem, engarrafamento, distribuição ou venda por grosso ou a retalho e solicitar-lhes toda a documentação e informações necessárias para verificar o cumprimento das regras específicas do sector vitivinícola.

São atribuições da CVRBI:

- Contribuir para uma melhor coordenação da colocação dos produtos no mercado, designadamente através de pesquisas e estudos de mercado;
- Promover o melhor aproveitamento do potencial de produção.
- Fomentar a pesquisa e divulgar os métodos e instrumentos para melhorar a qualidade dos produtos em todos os estádios da produção, vinificação e comercialização, que sejam compatíveis com a salvaguarda e a melhoria do meio ambiente.

2.6. FILEIRA DOS HORTOFRUTÍCOLAS

2.6.1 APH



A **Associação Portuguesa de Horticultura** é uma associação sem fins lucrativos que visa apoiar e fomentar o progresso da Horticultura e contribuir para o aperfeiçoamento científico e técnico dos seus membros, estimulando a cooperação entre eles.

Através da Declaração n.º 161/99 (D. R. n.º 139, II Série, de 17 de Junho), a APH foi declarada Associação de Utilidade Pública, em reconhecimento dos seus objetivos e do trabalho desenvolvido.

No âmbito da APH, a Horticultura é entendida no sentido abrangente, incluindo a Fruticultura, Viticultura, Olivicultura, Horticultura Herbácea e Horticultura Ornamental, sendo cada uma destas áreas representada por um Vice-Presidente.

A Associação Portuguesa de Horticultura é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivos fundamentais:

- Apoiar e fomentar o progresso da Horticultura, nomeadamente nos subsectores específicos da Fruticultura, da Viticultura, da Olivicultura, da Horticultura Herbácea e da Horticultura Ornamental.
- Contribuir para o aperfeiçoamento científico e técnico dos seus membros e estimular a cooperação entre eles.

Para atingir estes objetivos a APH propõe-se:

- Promover Encontros, Seminários, Colóquios, Reuniões, Cursos, Visitas de Estudo e outras atividades de carácter técnico e científico, no âmbito dos seus objetivos.
- Editar e divulgar trabalhos especializados.
- Apoiar tecnicamente projetos de desenvolvimento.
- Colaborar com serviços oficiais, associações socioprofissionais, organizações de produtores e de empresários, em diferentes ações.
- Propor e atribuir prémios a trabalhos com mérito técnico e/ou científico.
- Estreitar relações e cooperar com outras sociedades e associações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras.

2.7. FILEIRA DAS CARNES



2.7.1 APIC



A **Associação Portuguesa dos Industriais de Carnes** foi criada em Fevereiro de 2008, resultando a união das duas maiores associações do sector das carnes: Associação

Nacional dos Industriais de Carnes - ANIC -, criada em Setembro de 1975 e a Associação dos Fabricantes de Produtos Cárneos - AFABRICAR, criada em Junho de 1982. O Objetivo da criação da APIC é o de garantir a união e representatividade do sector das carnes e produtos cárneos, perante os seus parceiros sociais e políticos.

A Associação iniciou a sua atividade com um total de 127 associados, tendo distribuição geográfica das empresas caracterizada por 47 associados na região Norte; 52 na região Centro; 24 na região Sul; 1 na Madeira e 3 nos Açores.

A APIC tem âmbito nacional, sendo o seu objetivo principal defender os interesses da indústria de carnes em geral e dos associados da Associação em especial.

Podem ser associados da APIC todas as pessoas singulares e coletivas que, de acordo com a legislação aplicável, exerçam a atividade industrial ou similar no sector das carnes, enquadradas respetivamente nas posições 10110 e 10130 da CAE.

O pedido de admissão como associado envolve plena adesão aos estatutos da Associação, regulamentos internos e às deliberações dos Órgãos Sociais, sendo a verificação das condições de admissão da competência da Direção.

O sector é tutelado pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, através da Direção Geral de Veterinária em coordenação com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

Para dar resposta às solicitações e questões que lhe são colocadas, assim como ajudar a manter as empresas informadas, a estrutura da Associação assegura apoio regular aos associados, nomeadamente em matérias jurídico-laborais, técnico - funcionais, normativas, e outras incluindo a informação sobre a legislação nacional e comunitária interferente no sector.

3. Contactos

NOME	MORADA	TELEFONE	E-MAIL	WEBSITE
INOVCLUSTER – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro	Zona Industrial Rua A, 6000-459 Castelo Branco	272 349 100	geral@inovcluster.pt	www.inovcluster.pt/
AGROCLUSTER Ribatejo	Pavilhão de Exposições NERSANT Várzea de Mesiões 2350-433 Torres Novas	249 839 500	geral@agrocluster.com	www.agrocluster.com/
PORTUGALFOODS	Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	220 966 021	geral@portugalfoods.org	www.portugalfoods.org/
ANCIPA - Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares	Largo de São Sebastião da Pedreira, 31 - 4º 1050 - 205 LISBOA	213 5 8 803	geral@ancipa.pt	www.ancipa.pt/
FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares	Rua da Junqueira, nº 39 – Edifício Rosa 1.º piso, 1300-307 Lisboa	217 938 679	info@fipa.pt	www.fipa.pt
Fenalac - Federação Nac. Uniões de Coop. Leite e Lacticínios, F.C.R.L	Rua Restauração 312, 1º4050-501 Porto	226 090 800	fenalac@fenalac.pt	www.fenalac.pt (não func.)
APROLEP – Associação de Produtores de Leites Leite Português	Rua Vale Simão, nº 66, Valado Sta. Quitéria 2460-207 Alfeizerão	262 990 599	aprolep@sapo.pt	www.aprolep.pt
ANIL - Associação Nacional do Industriais de Lacticínios	Rua de Santa Teresa, 2C-2º 4050-537 Porto	222 001 229	anilca@mail.telepac.pt	www.anilact.pt
ALIP - Associação para o Laboratório Interprofissional do Sector do Leite e Lacticínios	Rua de Agreu, nº 302 - Ordem 4620 - 471 Lousada	255 820 070	alip@alip.pt	www.alip.pt
ACOPE - Associação dos Comerciantes de Pescado	Largo de São Sebastião da Pedreira, 31, 4º 1050-205 Lisboa	213 528 803	geral@acope.pt	www.acope.pt
AIB - Associação dos Industriais do Bacalhau	Avenida dos Bacalhoeiros, nº 290 - 2º Esq. 3830-553 Gafanha da Nazaré	234 368 002	aib@aibportugal.com	www.aibportugal.com
Fileira do Pescado	Largo de S. Sebastião da Pedreira, 31 - 4º 1050-205 Lisboa	213 528 803	geral@fileiradopescado.com	www.fileiradopescado.com
ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio	Largo de São Sebastião da Pedreira, 31, 4º 1050-205 Lisboa	213 528 803	geral@alif.pt	www.alif.pt
APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição	Rua Alexandre Herculano nº 23, R/C 1250-008 Lisboa	217 510 920	alexandra@aped.pt	www.aped.pt
AEVP - Associação das Empresas de Vinho do Porto	Rua Dr. António Granjo, 207 4400-124 Vila Nova de Gaia	223 745 520	aevpgeral@aevp.pt	www.aevp.pt



APA - Associação de Produtores de Alvarinho	Praça Deu-la-Deu Monção 4950-452 MNC	251 653 215	info@alvarinho.pt	www.alvarinho.pt
VITIFRADES A.D.L.	Largo de S. Bráz N° 2 Edifício Sociedade Recreativa União Vilafradense 7960-437 Vila de Frades	284 441 312	geral@vitifrades.net	www.vitifrades.net
CVRBI - Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior	Av. Cidade de Saffed Lote 7 - 1º andar, 6300-537 Guarda	271 224 129	geral@cvrbi.pt	/www.cvrbi.pt
APH - Associação Portuguesa de Horticultura	Rua da Junqueira, n.º 299 1300-338 Lisboa	213 623 094	aph@aphorticultura.pt	www.aphorticultura.pt
APIC – Associação Portuguesa dos Industriais Carnes	Av. Guerra Junqueiro, N°11, 1ºDto 1000-166 Lisboa	218 429 660	sec@apicarnes.pt	www.apicarnes.pt

